

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Curso: Cultura, Comunicação e Relações Étnico Raciais

Aline Borrely Ataide

Experiências leitoras e branquitude: sobre a emergência de práticas
literárias antirracistas

São Paulo
2024

Aline Borrely Ataide

Experiências leitoras e branquitude: sobre a emergência de práticas literárias antirracistas

Trabalho de conclusão de curso de extensão em Cultura, Comunicação e Relações Raciais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Glória Calado

São Paulo
2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Biblioteca

Escola de Comunicações e Artes

ATAIDE, Aline Borrely. Experiências leitoras e branquitude: sobre a emergência de práticas literárias antirracistas; orientadora, Calado, Maria da Glória. São Paulo: ECA, 2024.

Trabalho de conclusão de curso de extensão (TCC) em Cultura, Comunicação e Relações Raciais, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024

Versão original

1. Letramento racial. 2. Práticas pedagógicas antirracistas. 3. Branquitude. 4. Leitura. 5. Literatura negro-brasileira. I. Calado, Maria da Glória, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

ATAIDE, Aline Borrely. **Experiências leitoras e branquitude: sobre a emergência de práticas literárias antirracistas**. 2024. Trabalho de conclusão de curso de extensão em Cultura, Comunicação e Relações Raciais. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2024.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof./a Dr./a _____

Instituição _____

Julgamento _____

Resumo

ATAIDE, Aline Borrely. **Experiências leitoras e branquitude: sobre a emergência de práticas literárias antirracistas**. 2024. Trabalho de conclusão de curso de extensão em Cultura, Comunicação e Relações Raciais. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2024.

Enfrentar os desafios para o letramento racial é urgente em nossos tempos. Brancas e brancos antirracistas, que, por terem na pele um instrumento de poder, devem reconhecer seus privilégios e contribuir para a equanimidade da sociedade brasileira. Dentro das possibilidades de atuação de uma professora de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental, pretende-se com este trabalho, analisar respostas da turma de oitavo ano do ensino fundamental de uma escola privada da zona oeste de São Paulo à literatura produzida por autoras/es negres e indígenas. Para tanto, como aporte teórico-metodológico, utilizaremos perspectiva da pesquisa-ação, que pretende agir sobre uma questão coletiva, em reciprocidade com o público. A pergunta que nos orienta é quais as contribuições da literatura para a sensibilização e formação de jovens na luta contra o racismo? Infere-se a possibilidade de encontrarmos no potencial estético da literatura um caminho para a visibilização das subjetividades de negres e indígenas, que com sua produção literária, estabelecem novos paradigmas de análise e ensino de literatura brasileira. Usar esse instrumento em sala de aula favorece que se identifique a humanidade no outro, aproximando realidades e ampliando relações de afeto com o ato leitor, mas também da conscientização sobre os aspectos em que o racismo limita ou encerra experiências fundantes de nossa construção enquanto sujeitos.

Palavras-chave: Letramento racial. Práticas pedagógicas antirracistas. Branquitude. Leitura. Literatura negro-brasileira.

Abstract

ATAIDE, Aline Borrely. **Reading experiences and whiteness: on the emergence of anti-racist literary practices**. 2024. Trabalho de conclusão de curso de extensão em Cultura, Comunicação e Relações Raciais. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2024.

Addressing the challenges to racial literacy is urgent in our times. Anti-racist white men and women, whom have an instrument of power in their skin, must recognize their privileges and contribute to the equanimity of Brazilian society. Within the possibilities of action of a Portuguese language teacher in the final years of elementary school, the aim of this work is to analyze responses from the eighth year class of elementary school at a private school in the west zone of São Paulo to the literature produced by black and indigenous authors. To this end, as a theoretical-methodological contribution, we will use the perspective of action research, which aims to act on a collective issue, in reciprocity with the public. The question that guides us is what contributions does literature make to raising awareness and training young people in the fight against racism? We infer the possibility of finding in the aesthetic potential of literature a way to make visible the subjectivities of black and indigenous people, who, with their literary production, establish new paradigms of analysis and teaching of Brazilian literature. Using this instrument in the classroom helps to identify humanity in others, bringing realities closer and expanding relationships of affection with the act of reading, but also raising awareness about the aspects in which racism limits or ends experiences that are fundamental to our construction as subjects.

Keywords: Racial literacy. Anti-racist pedagogical practices. Whiteness. Reading. Black-Brazilian literature.

Resumen

ATAIDE, Aline Borrely. **Experiencias de lectura y blancura: sobre la emergencia de prácticas literarias antirracistas**. 2024. Trabalho de conclusão de curso de extensão em Cultura, Comunicação e Relações Raciais. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2024.

Abordar los retos de la alfabetización racial es urgente en nuestros tiempos. Los hombres y mujeres blancos antirracistas, que tienen en su piel un instrumento de poder, deben reconocer sus privilegios y contribuir a la ecuanimidad de la sociedad brasileña. Dentro de las posibilidades de acción de un profesor de lengua portuguesa en los últimos años de la escuela primaria, el objetivo de este trabajo es analizar las respuestas de la clase de octavo año de primaria de una escuela privada de la zona oeste de São Paulo a la literatura producida por autores negros e indígenas. Para ello, como contribución teórico-metodológica, utilizaremos la perspectiva de la investigación-acción, que tiene como objetivo actuar sobre una cuestión colectiva, en reciprocidad con el público. La pregunta que nos orienta es ¿qué aportes hace la literatura a la sensibilización y formación de los jóvenes en la lucha contra el racismo? Inferimos la posibilidad de encontrar en el potencial estético de la literatura una forma de visibilizar las subjetividades de negros e indígenas que, con su producción literaria, establecen nuevos paradigmas de análisis y enseñanza de la literatura brasileña. El uso de este instrumento en el aula ayuda a identificar la humanidad en el otro, acercando realidades y ampliando relaciones de afecto con el acto de leer, pero también concienciando sobre los aspectos en que el racismo limita o acaba con experiencias fundamentales para nuestra construcción como sujetos.

Palabras clave: Alfabetización racial. Prácticas pedagógicas antirracistas. Blancura. Lectura. Literatura negro-brasileña.

1. Introdução

Enfrentar os desafios para o letramento racial é urgente em nossos tempos. Brancas e brancos antirracistas, que, por terem na pele um instrumento de poder, devem reconhecer seus privilégios e contribuir para a equanimidade da sociedade brasileira. No entanto, por sofrerem menos opressões, tendem a não reconhecer o prejuízo às vivências negra e indígena em todas as esferas da participação social.

Dentro das possibilidades de atuação de uma professora de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental, pretende-se com este trabalho, analisar produções de alunas/os de turmas de oitavo ano do ensino fundamental dos anos de 2021 a 2023 de uma escola privada da zona oeste de São Paulo. As atividades foram elaboradas em diálogo com a professora de biblioteca e apresentaram desdobramentos em outros momentos do ano letivo.

Para além do ensino de uma disciplina, a/o professora/o deve estar ciente de seu impacto nas vidas de seus estudantes. Educadoras/es são convidados aqui a refletirem sobre sua prática e sobre suas ações para a renovação e transformação de posturas. Não é possível recorrer apenas à formação acadêmica como base para uma epistemologia antirracista. Há que se nutrir e se educar nesta perspectiva diária e perpetuamente. Por isso a pergunta central desta reflexão: **quais as contribuições da literatura para a sensibilização e formação de jovens na luta contra o racismo? E ainda, quais as aprendizagens necessárias para a desconstrução do racismo em sujeitos formados dentro de uma sociedade estruturalmente racista? E no caso de educadoras/es brancas/os, como compreender e se manter vigilante às práticas racistas que a/o constituem?**

Amparando-me nos Indicadores de Qualidade na Educação, documento adotado pela instituição para orientar as práticas escolares e elaborado pela ONG Ação Educativa, foi possível refletir sobre os percursos desejáveis. Outro marco teórico é a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394, de 1996, alterada pelas leis 10.639 de 2003 e 11. 645 de 2008 que estabelecem a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Além das leis, o documento organizado por Kabengele Munanga, *Superando o Racismo na escola* (2005), também fundamenta a reflexão sobre as produções dos estudantes, bem como os parâmetros de orientação para a elaboração da sequência didática e a constante vigilância sobre a prática pedagógica de uma professora branca. Por último, é incontornável a discussão sobre o discurso da branquitude e da importância do letramento racial de docentes para a revisão crítica de sua formação e prática em sala de aula, para que também seja possível analisar criticamente os impactos da influência do discurso eurocêntrico que forja mentalidades e, conseqüentemente, currículos escolares, o que gera barreiras para a plena aplicação das leis supracitadas.

Para a discussão sobre literatura, Luiz Silva Cuti, poeta e crítico literário, fundador dos Cadernos Negros, publicação independente de literatura afrobrasileira criada na década de oitenta, até os dias de hoje contribui com a divulgação e visibilização de escritoras e escritores negros, sendo sua produção impactante para a escolha da obra selecionada para o trabalho em sala de aula, *Olhos de Azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira* (AMARO, 2010).

A metodologia escolhida para o trabalho é o diário de campo, que inclui registros de entrevistas informais, como fomentador da análise qualitativa dentro da perspectiva da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011). A coleta do material foi feita entre os anos de 2021 e 2023, enquanto procurei tecer comentários sobre as anotações no diário à medida que construía este relato, complementando aspectos possíveis de análise neste distanciamento do objeto.

Como fomenta o aporte teórico-metodológico da perspectiva da pesquisa-ação, que pretende agir sobre uma questão coletiva em reciprocidade com o público, “os objetivos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com situações abertas ao diálogo com os interessados, na sua linguagem popular.” (THIOLLENT, 2011, p.85)

A pergunta que nos orienta permanece no horizonte, revelando o caráter reflexivo do trabalho pedagógico, que busca atualização e compromisso ético na luta contra o racismo. O que nos permite traçar novos panoramas de trabalho com os anos seguintes, elaborando mudanças e repensando escolhas

realizadas ano a ano para que jovens também possam participar, cada vez mais cedo, da luta pelo fim da discriminação racial e do racismo em nossa sociedade.

2. Letramento racial e desafios da formação de professoras/es da Educação Básica: A importância do reconhecimento do privilégio

Na formação de professores/as e pedagogos/as, no que diz respeito a **letramento**, há um paralelo que se convém apontar e que pode contribuir para a análise deste termo.

Letramento, expressão advinda do inglês *literacy*, recupera o termo em latim *littera*, que significa “letra”. Sobre o conceito de letramento, uma das definições mais elucidativas do termo é a apresentada por Magda Soares, professora, pesquisadora escritora da área da Educação: “Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (2004, p. 18)

De acordo com esse conceito, a capacidade de leitura e interpretação de textos, bem como o uso eficiente da leitura e da escrita, que configuram o letramento, seria resultado ou consequência do processo de alfabetização. Em resumo, o letramento é a habilidade de saber ler e escrever de acordo com o contexto das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, as quais se pautam na linguagem como produto cultural e social.

Tendo essa perspectiva em mente, torna-se mais próxima a conceituação de letramento racial, cuja formulação também ocorre em língua inglesa, num primeiro momento, nos primeiros anos do século XXI, pela antropóloga estadunidense France Winddance Twine, “com o propósito inicial de desconstruir o racismo nas identidades raciais brancas.” (PEREIRA, 2022).

Daiane da Fonseca Pereira, em seu artigo “Letramento Racial no Contexto Brasileiro de Pesquisa” procura estabelecer um panorama dos trabalhos acadêmicos recentes que abordam o tema do “letramento racial” e do “letramento racial crítico”. De acordo com a autora, o conceito é introduzido no

Brasil no ano de 2012 por Lia V. Schucman e desde então se evidencia uma maior preocupação com a temática, dada a importância de problematizar os letramentos conforme as estruturas de poder que mantêm práticas sociais em vigor e, como sabemos, forjam as percepções construídas sobre pertença racial e étnica,

Os letramentos são sempre um ato social e político, por tal, um espaço de disputa, onde é preciso considerar os domínios, isto é, os contextos estruturados nos quais são usados e apreendidos, e como estes não são acidentais e não variam aleatoriamente. Deste modo, os letramentos dominantes aos quais somos submetidos ao longo da vida refletem a racialização inerente a nossa sociedade (PEREIRA, 2022, p. 2).

Assim como as práticas de leitura e escrita são desenvolvidas a partir das relações vivenciadas socialmente, as práticas para as relações raciais estão imersas no bojo de nossa sociedade, ou seja, brancos, negros, indígenas e amarelos aprendemos a nos socializar sob estruturas racistas, portanto reproduzimos, se não estiver em nosso campo de atuação um imaginário para romper com o *status quo*, padrões que mantêm conformadas as práticas racistas sob as quais a sociedade brasileira se constitui.

Fica evidente que o letramento racial é uma habilidade prática por meio da qual os indivíduos podem não apenas constatar a existência do racismo, mas também examinar os efeitos institucionalizados da raça sobre suas experiências e representações. [...] letrar-se racialmente leva a uma leitura que compreende como essa relação se estabelece, para que não sejamos ingênuos. Como consequência, qualificaremos o debate político para assim trazermos uma agenda racializada à cena e superar uma postura antirracista superficial. (PEREIRA, 2022, p.3)

A ação que nos é demandada é a de ser capazes de ler o contexto racializado em que estamos inseridos, um contexto que garante a brancos privilégios, visibilidade e acessos, enquanto para os demais, a precariedade e negação de direitos fundamentais à vida.

2.1. Racialização do branco e a branquitude

Com o processo de letramento racial, visibiliza-se a racialização do sujeito branco e os privilégios acessados pelo grupo, garantidos por gerações. Ainda

que haja atravessamentos de classe e gênero, verifica-se no Brasil, a “regra da aparência”, ou seja, a fenotípiia determina hierarquias sociais (PIZA, 2014, p.62).

O ensaio *Porta de vidro: entrada para a branquitude*, de Edith Piza (2014), nos parece fundamental para refletir sobre a conscientização a respeito dos processos discriminatórios que contribuem para as desigualdades raciais em nosso país a partir da reflexão sobre os estudos acerca de raça no Brasil. Suas contribuições lançam luz sobre a importância de a pesquisadora branca reconhecer-se racialmente e discute como autores respeitados reproduzem o artifício de neutralidade no qual a branquitude se esconde, mesmo em debates sobre raça.

Cida Bento, pesquisadora e intelectual negra, evidencia os privilégios desses grupos ao estudar como a branquitude opera. Uma das responsáveis, junto à professora Carone¹, pela disseminação deste conceito no cenário brasileiro, Bento foi precursora no levantamento e divulgação de dados contundentes sobre a discriminação no campo do trabalho. Idealizou o CEERT (Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades) em 1992 e contribuiu para a promoção de práticas antirracistas dando relevo a ações no campo da educação antes mesmo da alteração da LDB 9.394 pelas leis 10.639/03 e 11.645/08. Além disso, dá visibilidade para a denúncia da desigualdade racial, principalmente nos cargos de liderança e tomada de decisão². Sua obra, *O Pacto da Branquitude*, é fundamental para a compreensão de como opera a manutenção do privilégio branco na sociedade brasileira e as desigualdades decorrentes.

Para Lia Vainer Schucman, pesquisadora também da área da Psicologia Social, atesta que sujeitos brancos também devem se tornar objetos de pesquisa para que se rompa com “pacto racista”. Tomar consciência do lugar social e subjetivo do branco é uma questão de responsabilização sobre as mudanças que se confirmam absolutamente necessárias para o futuro. A autora observa as relações sociais cotidianas a partir de entrevistas e relatos, de onde é possível

¹ A duas autoras organizam a obra *Psicologia Social do Racismo*, cuja contribuição aos estudos para as relações étnico-raciais se estendem para além das referências, dado que fomentam novas possibilidades de pesquisa e estudos em diversas áreas do conhecimento.

² CEERT <https://www.ceert.org.br/>

identificar os processos de discriminação e distinção a que negros e brancos vão sendo enquadrados. Brancos são vistos como a “norma”, e para ambos os lados esta noção pode revelar-se perniciosa. (SCHUCMAN, 2020).

Se estivermos em busca de fazer uma reflexão sobre o papel de educador/a, torna-se necessário associar-se a essa demanda feita tanto por Bento quanto por Schucman, reconhecendo nela um compromisso político para que se desconstruam as barreiras erguidas historicamente pelo racismo.

O cenário da formação de profissionais da educação ainda carece de reformas profundas, tanto no que se refere à presença de professores e professoras negres ocupando cadeiras na docência do ensino superior quanto à formulação dos currículos dos cursos universitários. Neste trabalho verifica-se a pertinência de novos estudos que atualizem as informações sobre a estruturação dos cursos superiores, para que possamos averiguar as transformações decorridas nestes últimos anos, especialmente após a lei 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, para o ingresso nas universidades públicas. Estudos como esse permitirão uma análise mais profunda nas possibilidades de incorporação de epistemologias outras para além da europeia, estabelecendo novos paradigmas educacionais para o surgimento de novas demandas, seja por parte dos movimentos estudantis e da sociedade civil como um todo. (SILVA e SILVÉRIO, 2003).

Petronilha Beatriz Gonçalves Silva e Valter Roberto Silvério são estudiosos das ações afirmativas e advogam em favor das cotas universitárias desde a sua implementação. Organizam o material “Educação e Ações Afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica”, de 2003, que, mesmo duas décadas depois, ainda ressoa como eficiente repositório de argumentos que dão às ações afirmativas o status de mecanismos de reparação às desigualdades perpetradas pelo estado brasileiro desde sua criação.

As práticas de educação antirracista encontram em Aparecida de Jesus Ferreira a criticidade necessária para a autoformação, dado que em sua prática na área de ensino de línguas, a pesquisadora e professora produz importantes observações quanto aos materiais didáticos e produção de discurso em sala de aula

Minha ênfase em trazer o conceito de Educação Antirracista é porque pesquisas nessa área mostraram que a Educação Antirracista explicitamente nomeia assuntos de raça e de justiça social, de igualdade racial/étnica, assuntos relacionados a poder, a exclusão, e não somente atentos aos aspectos culturais. (2012, p. 278).

Aqui evocamos os ensinamentos de Lélia Gonzalez (2010) e sua crítica ao mito da “democracia racial”, por exemplo. Ao introduzir a historicização do processo de construção de identidade nacional em salas de aula, será possível construir junto aos estudantes a noção sobre os processos que mantêm certas tendências de pensamento ainda perpetuadas em nossa sociedade. Gonzalez, precursora nos apontamentos das sobreposições de opressões a que estão subjugadas a classe trabalhadora, especialmente as mulheres negras, aponta para problemas de suma importância, como a situação das trabalhadoras domésticas, por exemplo. Quando a autora atrai a atenção para esta problemática está também apontando para as questões relativas à misoginia e ao racismo sofridos por esse grupo de trabalhadoras. Lélia Gonzalez aprofunda a discussão, baseando-se na construção do imaginário racista brasileiro e latino-americano, que mesmo no século XX, ainda reproduz as condições para a manutenção da “mucama” em casas da classe média e alta.

Grada Kilomba, artista multidisciplinar, professora e pesquisadora também convoca as estruturas de opressão reproduzidas na arquitetura dos lares em que se encontram o “quartinho da empregada” (2019). Ambas as autoras denunciam dispositivos de controle dos corpos subalternizados pelo sistema capitalista, que por sua vez depende da existência de grupos oprimidos para que o poder continue nas mesmas mãos em que se mantém desde as invasões de África e América.

O silêncio de pessoas brancas, especialmente educadoras/es brancas/os, sobre o tema, sugere a condescendência e o medo de que lhes sejam destituídos os privilégios garantidos por sua pactuação com a supremacia branca (hooks, 2022), ou, nas palavras de Cida Bento, com o *pacto da branquitude* (2022).

A indignação de uma centena de professoras e professores e alguns editoriais de jornais de grande circulação, frente à inclusão de autoras na lista de

leituras obrigatórias da Fuvest³ a ser aplicada a partir da edição de 2026, parecem simbólicas.

Aqui também pode-se lembrar as palavras de Edith Piza,

descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo. (2014, p.61).

A problematização operada por Lourenço Cardoso para a revisão do conceito de branquitude, convoca-nos ao exercício de reconhecer nossos comportamentos enquanto indivíduos brancos que se afirmam antirracistas para refletir sobre seu potencial acrítico e crítico. Segundo o autor, branquitude crítica recupera o grupo branco que reprova publicamente o racismo. Já o segundo refere-se ao grupo que não reconhece a igualdade de afrodescendentes e imigrantes. Cardoso destaca a necessidade de haver maior ênfase dos estudos acadêmicos para a documentação da participação social desse grupo na manutenção de violências contra não-brancos, especialmente no que diz respeito ao ressurgimento de ondas neonazistas que têm alarmado o mundo (2010). A denúncia e a criminalização deve partir de todas as frentes, inclusive porque a produção acadêmica contribui para viabilizar a promoção de políticas públicas e mobilização social, o que também impacta as salas de aulas brasileiras.

3. A literatura negro- brasileira na educação básica

Contemplada entre as dez competências gerais do ensino fundamental pela Base Nacional Curricular Comum, BNCC, a literatura está atrelada a uma proposta que se implica com o caráter humanizante das linguagens artísticas. A BNCC é um documento de efeito normativo, sancionado em 2017, cujo objetivo é direcionar e organizar o ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o

³ Referência à matéria publicada em 05 dez 2023 no Estado de São Paulo, na coluna Opinião, sob o título Vestibular para Militante. Na coluna, afirma-se que o caráter ideológico do debate de gênero se sobrepõe aos objetivos educacionais da avaliação. Disponível em <https://www.estadao.com.br/opiniao/vestibular-para-militante/> Acesso: 07 de maio de 2024.

Ensino Médio. Portanto, a BNCC constitui-se como um referencial obrigatório para a comunidade escolar.

No entanto, aquilo que se observa como demanda social, no que se refere ao ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, não amplia em absoluto as propostas das Orientações Curriculares para as Relações Raciais, documento atrelado aos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicado em 1998, que não tinha caráter normativo (GÓES, 2022).

Tratar de competências e habilidades acentua um caráter homogeneizante, sob o risco de diluir os debates sobre raça e etnia, entre outros, somente sob a dimensão dos direitos humanos

É notório no documento que há uma forte tendência para a valorização da diversidade, respeito aos direitos humanos, exercício do diálogo e de formas cooperativas de convivência com o mundo e com o meio ambiente. Entretanto, a BNCC não considera o ensino da história e cultura afro-brasileira em sua totalidade, negligenciando as mobilizações das entidades e movimentos negros e o histórico acumulado destes. (2022, p. 155)

Em resposta a essa ausência, torna-se imprescindível tanto os processos de autoformação e formação de educadores/as no que diz respeito a uma educação transformadora, que viabilize o antirracismo na formação de jovens desde a primeira infância. A leitura do documento “Indicadores de qualidade na educação: Relações Raciais”, reeditado no ano de 2023 pela ONG Ação Educativa faz esse enfrentamento:

O desafio da educação antirracista é pensar currículo e proposta político pedagógica em sentido amplo, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem se dá todos os dias, na prática, materializando a garantia ao direito à memória, à história, às culturas e histórias silenciadas, e o acesso a conhecimentos significativos para todos os grupos sociais.

Daí a importância de compreender que o enfrentamento do racismo, do sexismo, da LGBTfobia, do capacitismo e de outras tantas discriminações não se dá em um passe de mágica. Trata-se de um processo que exige planejamento, persistência, pesquisa e trabalho coletivo, e envolve recontar mais de quinhentos anos de história. Para isso, é preciso compreender as resistências e os processos de luta por direitos protagonizados por tantos movimentos sociais, entre eles, os movimentos negros. (p. 52)

Diante disso, detenho-me a refletir sobre o trabalho daquelas e daqueles que caminharão para a sala de aula e precisarão refazer o percurso de leitura

muitas vezes sozinhas e sozinhos, e frequentemente, sem a base teórica desejada para que se realize uma formação satisfatória de jovens leitoras e leitores. Aqui não se duvida da capacidade desses profissionais, o que se problematiza é que a formação universitária deveria dar condições de estudo e ampliação de conteúdo.

Infelizmente, professores e professoras de língua portuguesa – principalmente não negros e não indígenas – tendem a ressaltar aspectos da linguagem destas obras apenas para discutir sua adequação aos padrões normativos de escrita da língua, como é o caso do tratamento que se dá a trechos da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, por exemplo. Ou ainda tratar como “lendas” as narrativas indígenas que narram as cosmovisões dos diferentes povos originários deste país.

Fernanda Felisberto, na abertura da obra *Olhos de Azeviche: Dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira*, afirma da importância de se entrar em contato com “a pluralidade de vozes e da diversidade cultural que compõe o mosaico brasileiro.” Doutora em Literatura Comparada e professora, Felisberto denuncia a hierarquização das produções impressas, que deixam de fora a literatura oral produzida historicamente por esses grupos e excluídas da academia como parte de uma escolha política, que pretende embranquecer narrativas e cristalizar uma noção de cultura que não contempla as histórias dos povos tradicionais e africanos (2019).

Referências de análise como Fernanda Felisberto e Luiz Silva Cuti são algumas das que podem contribuir para a desconstrução de um olhar eurocêntrico para a literatura. As avaliações dos projetos educacionais vão ano a ano apontando novos desafios. O letramento racial, a autoformação, a reformulação do Projeto Político Pedagógico e a construção de currículos plurais encontram barreiras, dado o contexto brasileiro de anos recentes. A compreensão de que o acesso à educação de qualidade é um direito, impulsiona a pressão constante dos movimentos sociais frente a tantos retrocessos ocorridos nos últimos anos. Ao mesmo tempo que mais jovens negres adentram o ensino superior, estamos diante da precarização das relações de trabalho, do recrudescimento da violência contra corpos dissidentes, a evangelização do congresso, entre outros. Por isso faz sentido que se promova a reflexão sobre o colonialismo, como aponta o documento da ONG Ação Educativa.

Encontramos na literatura um potencial veículo para visibilização das subjetividades de negros e indígenas, que com sua produção literária podem estabelecer novos paradigmas de análise e impactar a forma como se (re)estrutura a literatura brasileira. Poder acessar em sala de aula narrativas que trazem para o centro do debate a humanidade daquelas e daqueles que estiveram sob o olhar do branco ao longo dos últimos séculos na literatura, aproxima realidades distanciadas, contribuindo para a ampliação de relações de afeto promovidas pelo ato leitor. Como resultado, pode-se vislumbrar uma tomada de consciência sobre as marcas feitas pelos limites e encerramentos que o racismo impõe

Se as conquistas da população negro-brasileira são minimizadas é porque o propósito de um Brasil exclusivamente branco continua sobrepujando as mentes que comandam a nação nas diversas instâncias do poder (CUTI, 2010, p.12).

Sob objetivos de aprendizagem implicados na experiência estética e política as quais a literatura oferece, inclui-se também a experiência social intrínseca ao ato de ler. Relacionar-se com os aspectos humanizantes da literatura e permitir-se entrar em contato com universos da ficção construída para além do que é tido enquanto cânone são objetivos declarados. As formas de avaliar a participação dos estudantes podem apresentar alguns obstáculos que analisaremos no sentido de verificar o aproveitamento das turmas e consolidar – ou abandonar – práticas, a fim de contribuirmos para a quebra deste silenciamento.

3.1. Da leitura à práxis?

Essa problemática tem sido preocupação constante em nossa prática de sala de aula para turmas de oitavo ano numa instituição privada da zona oeste de São Paulo. Desde que nos tornamos professora regente, há três anos, a introdução de obras de autores e autoras negres e indígenas para a lista de leitura literária destas/es jovens de idade entre treze e quatorze anos de idade tornou-se compromisso. No ano de 2021, lemos coletivamente *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, o que nos rendeu muitos diálogos sobre os

enfrentamentos que as comunidades indígenas precisam fazer desde que os europeus chegaram a este território.

Em seu livro, Ailton Krenak permitiu que a turma entrasse em contato com temas abrangentes e áridos, que acessasse a narrativa sobre as violências sofridas pelos krenaks em Minas Gerais, aproximando-se dos conceitos de eurocentrismo, humanidade, globalização. Houve mediação da professora durante a leitura; uma das estratégias foi traçar relações com matérias jornalísticas e alguns questionamentos sobre o que conhecem a respeito das culturas indígenas.

Comecei a leitura do livro ideias para adiar o fim do mundo.
Com a maior sinceridade...que livro bom de ler!!!
Pelo simples fato de o livro abordar, com certa ironia, a forma que os brancos adotam para viver, abrindo mão da liberdade de estar em contato e em harmonia com a natureza, respeitando-a como mãe.
(Registro no Caderno de Leituras da Estudante - 1)

O projeto avançou por um trimestre inteiro e seu produto resultou em vídeos de um minuto, nos quais as/os estudantes selecionaram trechos mais impactantes, acompanhados por uma breve justificativa. A maior parte delas/es mencionava os modos de vida, no entanto sem haver juízos de valor. A turma foi capaz de se enxergar na condição de pertencimento a uma parcela da população que determina os modelos responsáveis muitas vezes pelo desaparecimento de culturas milenares, cujo papel de preservação da vida na terra vem sendo pouco estimado, para dizer no mínimo.

Já estudei sobre os povos indígenas...é um assunto muito interessante. E o Krenak diz que a natureza é para todos, mas que não pode ser exaurida de modo predatório. Menciona o rio Doce, que para os indígenas é considerado um avô, e que foi todo coberto por material tóxico, de modo criminoso, destruindo a vida dos que viviam em sua extensão.

Eu adoro quando o Krenak invés de falar só sobre a ideia principal do livro, ele fala sobre sua vida pessoal, e eu acho isso muito legal!!!
(Registro no Caderno de Leituras da Estudante - 1)

Ao nos depararmos com as denúncias do início do ano de 2024, quando a terra Yanomami ainda segue sob risco de invasores e garimpeiros, fica patente que narrativas como a de Ailton Krenak devem ser ecoadas nas escolas, pois observamos que o interesse e a capacidade da juventude em se aproximar e se

sensibilizar por outras realidades é genuíno e oferece diálogos muito profundos, dado que a leitura literária passa a ocupar, em seus imaginários, um espaço de intercâmbio cultural, capaz de mudar visões de mundo, como observamos nas palavras da Estudante 1,

[...] para mim a literatura contribui para a transformação do ser humano e assim das realidades. Através da literatura, humanos mais críticos são criados, quem lê absorve conhecimentos diversos e sabedorias que demoram a ser obtidas na vida, e isso com certeza muda a visão de mundo. (Registro no Caderno de Leituras da Estudante - 1).

A instituição escolar faz parte de um coletivo de escolas da rede privada de São Paulo implicadas no combate ao racismo. Há cinco anos, a escola conta com a consultoria da ONG Ação Educativa⁴, cujo enfoque é implicar toda a comunidade escolar (estudantes, profissionais administrativos e pedagógicos, famílias e parceiros) na construção de um projeto de educação antirracista. Este projeto teve início com uma primeira avaliação dos movimentos realizados pela escola, bem como entrevistas qualitativas com a comunidade escolar. Depois, compartilhou-se a avaliação, apontando “dimensões” de atuação cabíveis aos integrantes da comunidade. Sendo assim, o processo de construção demanda reflexão constante sobre as práticas realizadas dentro e fora da sala de aula, convidando-nos à revisão de possibilidades e limites de atuação.

Na equipe da escola em questão temos o privilégio de estabelecer parcerias para a formulação de propostas de trabalho com literatura. A professora de biblioteca, mulher negra periférica, além de contribuir para a ampliação de nosso repertório literário, traz propostas absolutamente relevantes para que desloquemos nosso olhar e enfrentemos juntas a nossa turma desafios temáticos e estruturais propostos por autores e autoras afro-brasileiros.

Algumas das propostas de sequências didáticas⁵ consideradas dialogam com o projeto de leitura e escrita, voltado para o estudo do gênero literário

⁴ Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos. Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos. Desenvolve pesquisas e metodologias participativas com foco na construção de políticas públicas sintonizadas com a as necessidades e interesses da população. É sua missão a defesa de direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil. (acaoeducativa.org.br)

⁵ Sequência didática se refere a um conjunto de atividades pedagógicas que pretendem atingir um ou mais objetivos dentro de uma proposta curricular. Pode ser desenvolvido para uma disciplina ou ser pensado

crônica, que ocorreu no segundo trimestre dos anos de 2022 e 2023. Selecionamos a obra *Olhos de Azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira*⁶ (2019) como livro de leitura compartilhada. A sequência contava com alguns momentos de leitura em sala de aula e outros em que as alunas e os alunos deveriam realizar a leitura como parte das atividades para casa. A cada semana, deveriam incorporar anotações sobre a leitura em seus cadernos de leitura, compondo assim um referencial para suas futuras produções escritas.

Do projeto de escrita de crônicas, destacou-se a impressão sobre as desigualdades socioeconômicas que o corpo discente foi capaz de apontar. Nos textos autorais, chama atenção a tematização da precariedade das relações de trabalho e falta de acesso à saúde, à segurança e à educação, citando tanto as crônicas lidas quanto notícias correntes, como se lê na crônica ensaio da Estudante 2,

[...] Desde o momento em que acorda, uma mãe negra pode se deparar com obstáculos que outras mães não enfrentam. Ela precisa lidar com a falta de dinheiro, que dificulta a compra de alimentos e a possibilidade de uma educação de qualidade para seus filhos.

Além disso, ela pode se deparar com a falta de infraestrutura em sua comunidade, como falta de saneamento básico e atendimento médico precário.

Mesmo quando esses obstáculos são superados, essas mães enfrentam a pressão de tentar garantir a segurança de seus filhos em uma sociedade que muitas vezes as vê como uma ameaça. Elas se preocupam com a violência policial, o racismo nas escolas e a falta de oportunidades para seus filhos, que são assuntos citados em alguns contos e crônicas do livro “Olhos de Azeviche”. Um exemplo é o texto de Cidinha da Silva, “Os meninos do morro da lagartixa”. Uma crônica que traz essa violência policial contra jovens periféricos. E isso nos mostra que não é apenas um medo e sim, uma realidade. [...] (Trecho de “Mãe Preta”, crônica ensaio produzida pela Estudante 2, 2022).

A estudante (branca), em conversas informais, não declarou as razões que a mobilizaram a escolher como tema o cotidiano da mulher negra. Referia-se, como se vê, às injustiças e desigualdades que permeiam as relações sociais,

numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, em que outras disciplinas trabalhem em cooperação para o cumprimento do(s) objetivo(s) pretendido(s).

⁶ Organizada por Vagner Amaro, a obra reúne crônicas e contos de dez autoras negras, a saber, Ana Paula Lisboa, Cidinha da Silva, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Esmeralda Ribeiro, Fátima Trinchão, Geni Guimarães, Lia Vieira, Miriam Alves e Taís Espírito Santo.

sem descrever traços observáveis em sua experiência pessoal, nem declarar a cor dessas “outras mães”. Pode-se concluir que a escolha da autora tem a ver com os efeitos literários que a omissão da adjetivação teria no texto, levando a uma ideia de que a jovem autora prefere deixar a oposição implícita. No entanto, enxerga-se no próprio quadro de funcionárias da escola a redução de mulheres negras à medida que se ascende a hierarquia nas relações de trabalho, sejam elas pedagógicas ou administrativas. Fica também omissa a informação de como estas relações se apresentam em sua vida doméstica.

A jovem autora fala da figura da mãe preta que se preocupa com seus filhos por lidar com “obstáculos que outras mães não enfrentam” e faz menção à crônica de Cidinha da Silva, escritora mineira que dá luz, em “Os meninos do Morro da Lagartixa”, à violência policial que jovens negros estão submetidos⁷ e às quais a jovem carrega em seu imaginário, construído também por notícias cotidianas. Ofusca-se, no entanto, a perspectiva de Silva, que em sua obra denuncia a responsabilidade das instituições na manutenção da violência, negando direitos fundamentais, eco das lutas ancestrais dos diversos movimentos negros em nosso país. A cronista dialoga, em seu texto, com o funk “Rap da Felicidade”, de Cidinho & Doca (1995), canção conhecida do grande público, e que as turmas de 8º ano passam a escutar com outros ouvidos após a leitura da crônica, afinal, “andar tranquilamente na favela onde eu nasci” não corresponde à realidade dos espaços que adolescentes desta raça e classe social frequentam.

Reproduzir e se indignar com o *status quo* faz parte de uma atitude antirracista, como pode-se vislumbrar no texto da aluna, mas o que Cidinha da Silva denuncia abertamente, a morte pela mão de racistas que gestam a violência de Estado e decidem quem vive e quem morre, não se faz evidente na fala de nenhum/a estudante de nenhum dos grupos de adolescentes.

A branquitude crítica, como propõe Cardoso, identifica a discriminação, mas falha ao reconhecer o racismo presente nas instituições e apontar não só

⁷ A autora faz referência ao assassinato ocorrido em 2015 na favela de Costa Barros, no Rio de Janeiro. Policiais Militares dispararam 111 tiros contra o automóvel em que Wilton Esteves Domingos Júnior, Roberto de Souza Penha, Carlos Eduardo da Silva de Sousa, Wesley Castro Rodrigues e Cleiton Correa de Souza voltam para casa, após um passeio para comemorar o primeiro salário de Roberto.

quem morre, mas quem mata, proíbe, restringe acessos a direitos e que, portanto, devem ser tratados como o que são, racistas.

A conclusão da produção textual da jovem aponta ainda para o patriarcalismo e assistencialismo condicionantes da branquitude,

Devemos apoiar e empoderar essas mães, fornecendo a elas os recursos e o reconhecimento de que precisam para prosperar e nunca desistir. Afinal, quando as mães negras prosperam, suas famílias e as comunidades também prosperam. (Trecho de “*Mãe Preta*”, crônica ensaio produzida pela Estudante 2, 2022).

Ainda que seja a produção escrita de uma jovem de 13 anos, cuja visão de mundo está em formação e encontra-se a frente de um desafio de refletir e escrever sobre conceitos recém apresentados, evidencia, ao fazer uso do verbo “fornecer”, a forma como se reconhece enquanto parte de um coletivo “responsável” pelo “empoderamento” de mulheres negras, e não a habilidade que essas mulheres têm de, em suas comunidades, construir as bases para tornarem suas existências possíveis, como cantam Cidinho & Doca.

Apesar dessas lacunas, o texto da Estudante 2, ao ser apresentado para a comunidade escolar, fez brotar sorrisos e sinais de aprovação. Não que o texto seja incoerente ou deponha contra as habilidades de escrita da jovem, pelo contrário, nos ajuda a atestar a demanda por maior letramento racial da comunidade como um todo. E abordar o texto frente às famílias tornou possível visibilizar alguns dos aspectos aqui mencionados, o que gera visível incômodo e, com isso, demonstre sua importância no cumprimento de seu papel formativo.

O impacto da obra *Olhos de Azeviche* se reflete também ao longo do ano, no terceiro trimestre de 2023, quando estudavam o processo de colonização do Brasil junto a área de Ciências Humanas e foram convidados a produzir memoriais acadêmicos na área de Língua Portuguesa,

O assunto que estamos aprendendo sobre o Renascimento em História me deixa bastante intrigado sobre a história Europeia e suas relações com o resto do mundo: enquanto os Europeus estavam tendo o progresso e a valorização do homem como algo heroico, ao mesmo tempo estava escravizando e matando milhões de africanos e indígenas aqui nas Américas. Este assunto se relaciona com o que viemos lendo ao longo de todo o ano em português, como o livro *Olhos de Azeviche*, em que observamos a realidade de pessoas no Brasil que sofrem até hoje com essas atrocidades do passado e *Contos Africanos de Países de Língua Portuguesa* que contam histórias de pessoas de

outros países e culturas, que também seguem sofrendo até hoje por conta de todo esse preconceito existente. (Trecho de Memorial Acadêmico – Estudante 4)

Aqui o estudante tece a relação entre áreas de conhecimento, procurando elaborar sua percepção sobre os reflexos do processo de colonização das Américas, em que observa as mazelas resultantes dos processos de opressão sofridos por indígenas e negros africanos. É possível reconhecer, nas considerações do estudante, o papel ativo dos europeus na dominação do continente e uma possível consolidação da responsabilização de brancos e brancas naquilo que se mantém até os dias de hoje, porém ao depararmos com o termo “preconceito”, indagamo-nos quais as razões para a fuga do que se deveria nomear como “racismo” ou “práticas racistas”. Ao aprofundar o questionamento junto ao estudante, informalmente, durante a devolutiva da avaliação dos textos, o jovem disse ter utilizado o termo como sinônimo de discriminação.

As amálgamas do racismo na subjetividade da/o sujeita/o professora/r são materiais de pesquisa interna e essa postura é uma escolha política. Nesse exercício, estar alerta sobre as respostas da/os estudantes, ciente de que não serão inserções pontuais nas listas de leituras que a/os tornarão sensíveis à sua condição de acúmulo de privilégios, é determinante para o planejamento e replanejamento das intervenções em sala de aula.

4. Considerações Finais

O objetivo deste artigo é o de observar como a leitura literária pode servir de estratégia para levar à reflexão e à ação no enfrentamento do racismo, conjugada à noção de letramento racial de sujeitas/os branca/os.

A alteração da LDB coloca a escola como *locus* primordial como enfrentamento de preconceitos e rege o trabalho de professoras e professores de todas as raças, o que em outras palavras é dizer que esta não é tarefa somente de professoras/es negres e indígenas.

Com a literatura, abre-se a oportunidade para a percepção da operação da discriminação racial e do racismo em nossa sociedade, seja pela

possibilidade de encará-la do ponto de vista da autoria de sujeitas/os racializada/os como no incômodo que surge ao se perceber parte do grupo que promove as violências raciais.

Infere-se a possibilidade de encontrarmos no potencial estético da literatura um caminho para a visibilização das subjetividades de negros e indígenas, que com sua produção literária, estabelecem novos paradigmas de análise e ensino de literatura brasileira.

Usar esse instrumento em sala de aula favorece que se identifique a humanidade no outro, aproximando realidades e ampliando relações de afeto com o ato leitor, mas também da conscientização sobre os aspectos em que o racismo limita ou encerra experiências fundantes de nossa construção enquanto sujeitos.

Avalia-se ainda se as propostas feitas apontam para uma transformação na forma como leem as obras e o quanto o contato com elas afeta o modo como enxergam as relações raciais em seu entorno. Apesar da leitura superficial constatada em alguns dos recortes, há uma abertura para a sensibilização, o que nos estimula a seguir elaborando propostas de trabalho em conjunto com outras áreas do conhecimento, estimulando o aprofundamento de nossos saberes sobre letramento racial e a revisão de nossas práticas de sala de aula numa perspectiva antirracista.

A escola vem fazendo um esforço de incluir ações pedagógicas durante todo o período letivo, demonstrando um compromisso com a educação antirracista, dado que lidar com o racismo e romper o silenciamento na sala de aula é também parte de um trabalho de reconstrução epistêmica e revisão subjetiva, tomando como compromisso ético o enfrentamento do racismo.

Bibliografia

AMARO, Vagner (org.). **Olhos de Azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Artigo 26-A. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em 21 de janeiro de 2024.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.639.htm#art1 Acesso em 21 jan. 24

BRASIL. Lei 11. 645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf Acesso em 21 jan. 24

CARDOSO, Lourenço. **"Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista"**, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Univ. de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (jan. -jun.), 2010, pp. 607-630. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf> Acesso em 23 de mar de 2024

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CUTI (Luiz Silva). **Literatura Negro-Brasileira**. Coleção Consciência em Debate. São Paulo: Selo Negro, 2010.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores**. Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 275-288, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Aparecida-De-Jesus-Ferreira/publication/262563243_FERREIRA_A_J_Educacao_antirracista_e_praticas_em_sala_de_aula_uma_questao_de_formacao_de_professores_Revista

de Educacao Publica UFMT v 1 p 275-288 2012/links/02e7e53807b33730a6000000/FERREIRA-A-J-Educacao-antirracista-e-praticas-em-sala-de-aula-uma-questao-de-formacao-de-professores-Revista-de-Educacao-Publica-UFMT-v-1-p-275-288-2012.pdf
Acesso em 07 mar. 2024

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de professores de Línguas**. Revista da ABPN. Florianópolis: Revista ABPN. v. 6, n. 14, p. 236-263, jul. –out. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141/138> Acesso em 07 de mar de 2024.

GÓES, W. (2022). **Abordagem da história e cultura afro-brasileira na BNCC do ensino médio: reflexões a partir da lei nº 10.639/03**. Revista Fim Do Mundo, 3(7), 135–157. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2022.v3n7.p135-157> Acesso em 15 de maio de 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. IN: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 139-150.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação**. In: MUNANGA, Kabengele (org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

HOOKS, Bell. **Escrever além da raça: teoria e prática**. São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Jess Oliveira (trad.) 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SME, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20 – 31, dez. 2015. DOI: 10.11606/issn.2316–901X.v0i62p20–31. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723>> Acesso em: 15 dez. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Daiane da Fonseca. **Letramento racial no contexto brasileiro de pesquisa**. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS – XII COPENE, 2022 – Discurso, Raça e a luta na linguagem pela democracia. Anais eletrônicos. Recife [s.n.], 2022. p.01-08. Disponível em:

<https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=221>. Acesso em: 22 de jan. de 2024.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: Entrada para a branquitude**. IN: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento em verbete: o que é letramento?** IN: SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. pp. 13 a 25.

Periódicos

JORNAL DA USP. Universidades públicas de São Paulo buscam soluções para uma educação antirracista. RIBEIRO, Guilherme. Publicado em 29 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/universidades-publicas-de-sao-paulo-buscam-solucoes-para-uma-educacao-antirracista/> Acesso em 21 jan. 24.

JORNAL DA USP. Lei do ensino de História da África nas escolas completa 20 anos e escancara lacunas na formação de professores antirracistas. LIMA, Laura Pereira. Publicado em 23 nov. 2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/diversidade/lei-que-preve-ensino-de-historia-da-africa-nas-escolas-completa-vinte-anos-e-escancara-lacunas-na-formacao-de-professores-antirracistas/> Acesso em 21 jan. 24.

ESTADO DE SÃO PAULO. Opinião. 15 de dezembro de 2023. *Vestibular para militante*. Disponível em <https://www.estadao.com.br/opiniao/vestibular-para-militante/> Acesso em 21 jan. 24.